



## ANÁLISE DOS AGENTES PÚBLICOS DE ESPORTE NO ESTADO DO PARANÁ<sup>1</sup>

Luciana Letícia Sperini Rufino dos Santos; Fernanda Gimenez Milani; Fernando Augusto Starepravo

### RESUMO

*Este estudo objetivou apresentar o panorama atual e as tendências das políticas públicas de esporte e lazer em municípios do estado do Paraná. Fizeram parte do estudo 77 municípios, incluídos no banco de dados do projeto de pesquisa “Análise dos agentes públicos do Sistema Nacional de Esporte”, construído pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer - GEPPOL, que teve como objetivo geral diagnosticar e analisar as principais características, especificidades e modo de ação dos agentes públicos municipais que compõem o Sistema Nacional de Esporte. Os resultados evidenciaram que as Políticas Públicas implementadas pelos municípios caracterizam-se como políticas de governo, não sendo ações eficientes, eficazes para garantir o direito constitucional ao Esporte e Lazer. Concluiu-se que há uma carência de oferta de políticas públicas para o esporte, principalmente se considerarmos as três manifestações do esporte, e do lazer nos municípios paranaenses.*

**PALAVRAS-CHAVE:** direitos sociais; manifestações esportivas; agentes públicos.

### ABSTRACT

*This study aimed to present the current situation and trends of public policies of sport and leisure in the state of Paraná municipalities. The subjects were 77 municipalities included in the research project database "Analysis of public officials of the National Sport System", built by the Group of Studies and Research in Public Policy Sporting Goods - GEPPOL, which aimed to diagnose and analyze the main features, characteristics and mode of action of municipal public officials who make up the National Sports System. The*

<sup>1</sup>Este trabalho contou com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Ministério do Esporte.



*results showed that the public policies implemented by municipalities are characterized as government policies, not being efficient, effective actions to guarantee the constitutional right to Sporting Goods. It was concluded that there is a lack of provision of public policies for sport, especially considering the three manifestations of sport and leisure in the municipal districts.*

**KEYWORDS:** *social rights; sports events; public officials.*

## RESUMEN

*Este estudio tuvo como objetivo presentar la situación y las tendencias de las políticas públicas de deporte y ocio en el estado de Paraná municipios actual. Los sujetos fueron 77 municipios incluidos en la base de datos del proyecto de investigación "Análisis de los funcionarios públicos del Sistema Nacional del Deporte", construido por el Grupo de Estudios e Investigación en Políticas Públicas Artículos deportivos - GEPPOL, que tenía como objetivo diagnosticar y analizar las características principales, características y modo de acción de los funcionarios públicos municipales que conforman el Sistema Nacional de Deportes. Los resultados mostraron que las políticas públicas implementadas por los municipios se caracterizan por las políticas del gobierno, al no ser acciones eficientes y eficaces para garantizar el derecho constitucional de Artículos Deportivos. Se concluye que existe una falta de provisión de políticas públicas para el deporte, sobre todo teniendo en cuenta las tres manifestaciones del deporte y el ocio en los términos municipales.*

**PALABRAS CLAVES:** *los derechos sociales; acontecimientos deportivos; funcionarios públicos.*

## INTRODUÇÃO

A criação do Ministério do Esporte no ano de 2003 representou um marco da relação entre o esporte e o Estado no Brasil, já que pela primeira vez na história o esporte alcançou status de Ministério permanente e autônomo. Com a instituição de um Ministério único para o esporte, veio também a proposta de democratização das práticas esportivas



afim de atender aos já antigos clamores de oferta do esporte como um direito social do cidadão brasileiro (BUENO, 2015, p.34).

Desde então, uma das principais dificuldades experimentada pela gestão do Ministério foi a falta de profissionais com formação para atuar com as políticas públicas de esporte e lazer (STAREPRAVO, 2011). A discussão acerca dos agentes envolvidos com as políticas públicas, entretanto, mobiliza não apenas o Ministério do Esporte, mas grande parte da comunidade envolvida com o esporte.

O Ministério do Esporte organizou três Conferências Nacionais do Esporte afim de discutir as principais questões relacionadas ao campo esportivo, reunindo gestores, profissionais da área, professores de educação física e demais interessados em discutir novos rumos para o esporte no país. As duas primeiras conferências (2004 e 2006) discutiram centralmente a (re)construção do Sistema Nacional do Esporte (SNEL). Tal sistema<sup>2</sup> foi pensado a partir de alguns eixos fundamentais: estrutura, recursos humanos e formação, gestão e controle social, e o financiamento (BRASIL, 2006, s/p).

Nesse sentido, pode-se perceber que os agentes ocupam posição central na estruturação do sistema e das políticas públicas de esporte. Por outro lado, é reduzido o conhecimento sobre quem são e como atuam os agentes que compõe o sistema (MEZZADRI *et al.*, 2006). Cabe destacar ainda que a estruturação do sistema tem por base o regime de colaboração entre a União, os estados e municípios, com ênfase na municipalização (BRASIL, 2006, s/p).

Considerando que o sistema nacional deve ser uma articulação entre diversos agentes de forma plural e representativa contemplando todas as dimensões do esporte, que o sistema tem sido estruturado com ênfase na municipalização, e que não há dados consistentes acerca de quem são os agentes públicos que compõe tal sistema, este trabalho buscou problematizar quais as principais características, especificidades e modo de ação dos agentes públicos municipais que compõe o Sistema Nacional de Esporte.

<sup>2</sup>Ainda que discussões tenham ocorrido afim de estruturar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, nada até então teve efetividade. Discussões voltaram a ocorrer nos últimos anos, e atualmente é discutido a criação de um Sistema Nacional de Esporte, agora sem menção ao Lazer.



## METODOLOGIA

Para esta pesquisa, utilizou-se o banco de dados do projeto de pesquisa “Análise dos agentes públicos do Sistema Nacional de Esporte”, que teve como objetivo geral diagnosticar e analisar as principais características, especificidades e modo de ação dos agentes públicos municipais que compõem o Sistema Nacional de Esporte.

A pesquisa, do tipo descritiva direta, foi realizada em 80 municípios do estado do Paraná sorteados, dentre os 399 que compõem o estado, considerando um percentual de 20% de cada porte de cidades, no período de 2014-2015. Os critérios de inclusão dos municípios na pesquisa foram: 1) ser uma cidade localizada no estado do Paraná; 2) não se enquadrar na categoria metrópole, segundo critérios do IBGE (2010); 3) ser uma das cidades sorteadas de acordo com os critérios estabelecidos; 4) concordar explicitamente com a realização do estudo. Quanto ao critério de inclusão dos sujeitos na pesquisa foram selecionados apenas aqueles que atuavam na gestão e desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer no município pesquisado e estavam vinculados a Secretaria Municipal de Esporte ou órgão equivalente.

Sendo assim a amostra foi composta por 77<sup>3</sup> gestores e 185 professores, técnicos desportivos e estagiários que compõe o corpo técnico do órgão municipal de esporte de municípios classificados como Grande Porte, Médio Porte, Pequeno Porte I e Pequeno Porte II<sup>4</sup> visando contemplar todas as dez mesorregiões do estado do Paraná da qual ele está subdividido<sup>5</sup>.

<sup>3</sup>Das 80 cidades visitadas, foram realizadas entrevistas com os gestores em 77. Nas duas cidades, os gestores não compareceram para as entrevistas, mas mesmo assim a pesquisa foi realizada com os demais agentes atuantes no órgão municipal de gestão do esporte.

<sup>4</sup>São considerados municípios de grande porte (entre 100.001 e 900 mil habitantes), quatorze são considerados municípios de médio porte (entre 50.001 e 100 mil habitantes), cinquenta e cinco são considerados municípios de pequeno porte II (entre 20.001 e 50 mil habitantes), e o restante, 312 municípios, são considerados municípios de pequeno porte I (até 20 mil habitantes) (IBGE, 2010).

<sup>5</sup>Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense, Mesorregião Geográfica Centro Ocidental Paranaense, Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense, Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense, Mesorregião Geográfica Centro Oriental Paranaense, Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense, Mesorregião Geográfica Sudoeste Paranaense, Mesorregião Geográfica Centro-O



Para a coleta de dados, os pesquisadores se deslocaram até o município, aplicaram questionários a todos os agentes públicos municipais e entrevistas ao gestor municipal, maior responsável pelas políticas públicas de esporte e lazer (secretário ou diretor de esporte e lazer) e a um profissional técnico especializado sorteado entre os respondentes do questionário. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas. Já os questionários foram compilados, categorizados e analisados. As análises para a criação do banco de dados foram realizadas de acordo com a análise de conteúdo (BARDIN, 2009).

As entrevistas foram realizadas utilizando um roteiro semiestruturado composto por 36 questões que dizem respeito a informações pessoais e profissionais. De acordo com Triviños (1987) a entrevista semiestruturada tem como característica a presença de alguns questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que podem se relacionar ao tema da pesquisa. Sendo que os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas nos discursos dos sujeitos da pesquisa. Ainda para Triviños (1987, p.152), a entrevista semiestruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade”, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

A análise dos dados, especificamente para este estudo, foi realizada considerando-se variáveis quanto ao porte dos municípios, formação do gestor, estrutura administrativa, existência de políticas de esporte, tipo de manifestação da política pública de esporte e modalidades esportivas. Para tanto, utilizou-se como parâmetro a estatística descritiva por meio do princípio de obtenção de frequências e percentuais como forma de obter um panorama macroestrutural da situação do esporte enquanto política pública no estado do Paraná através do software SPSS (*Statistical Package for the Social Science*) versão 17.0 como instrumento de análise.

## PERFIL DOS AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ESPORTE DO ESTADO DO PARANÁ

---

Sul Paranaense, Mesorregião Geográfica Sudeste Paranaense, Mesorregião Geográfica Metropolitana de Curitiba).



Traçar um perfil dos agentes públicos de esporte e lazer torna-se tarefa importante e difícil, diante da complexa estrutura do setor público e a grande quantidade de serviços prestados pelo Estado que exigem uma diversidade de profissionais com características diferentes para atender as múltiplas funções do setor. Todavia estudos envolvendo um panorama de políticas públicas de esporte vêm sendo realizados com o intuito melhorar a gestão de esporte, afim de assegurar este como direito social. Nesse sentido ARAÚJO; DOMINICI; CARDOSO, 2009, afirmam que esta área necessita de políticas efetivas que possam, de fato, garantir o esporte como direito à sociedade.

Nesta seção apresentaremos o perfil dos municípios do estado do Paraná envolvidos na pesquisa com relação ao porte de cada um. Verificou-se que a maior parte são de Pequeno Porte 1, até 20 mil habitantes, com 77,9%, seguido dos municípios de Pequeno Porte 2, entre 20.001 e 50 mil habitantes, com 14,3%. As cidades de Médio Porte (entre 50.001 e 100 mil habitantes) e Grande Porte (entre 100.001 e 900 mil habitantes) tiveram o mesmo número de participações, representando 3,9% cada. Podemos observar a partir deste levantamento, que a característica do estado do Paraná segue a mesma tendência do Brasil que possui a maioria de seus municípios (73%) com população de até 20 mil habitantes (IBGE, 2013).

Nesses municípios foi possível observar (tabela 1) ações para oferecer acesso ao esporte. Porém, apenas em 36,4% dessas ações foram conduzidas por um órgão específico e autônomo, ou seja, uma secretaria ou fundação de esporte ou esporte e lazer. O restante dos órgãos, 63,6%, estão atrelados a outras pastas, como a Educação e a Cultura, o que demonstra grande variedade de áreas as quais o esporte está atrelado.

Tabela 1 - Órgão da Administração Pública responsável pela área de Esporte e Lazer.

Órgão da Administração Pública	Frequência	%
<b>Secretaria Municipal de Esportes</b>	18	<b>23,4</b>
<b>Departamento de Esportes</b>	10	<b>13,0</b>
<b>Secretaria de Educação, Cultura e Esporte</b>	5	<b>6,5</b>
<b>Fundação Municipal de Esportes</b>	4	<b>5,2</b>
<b>Secretaria de Esporte e Lazer</b>	4	<b>5,2</b>



<b>Departamento de Esporte e Cultura</b>	5	<b>6,5</b>
<b>Departamento de Esporte e Lazer</b>	3	<b>3,9</b>
<b>Secretaria de Educação</b>	2	<b>2,6</b>
<b>Secretaria Municipal de Esportes e Lazer</b>	2	<b>2,6</b>
<b>Outros</b>	24	<b>31,1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>100,0</b>

Este achado vai ao encontro do estudo de Borges *et al.* (2009), que buscou investigar as políticas públicas de esporte e lazer no Espírito Santo. Os autores identificaram que somente em 21% dos municípios da pesquisa possuem a gestão de suas ações conduzidas por um órgão específico para o esporte. Nesse sentido Marcellino (2001) afirma que uma secretaria específica para o esporte e lazer se mostra mais produtiva, como foi possível observar nesta pesquisa, que o esporte deixava de ser prioridade tanto na organização quanto no orçamento naqueles municípios que tinham sua estrutura burocrática caracterizada como departamentos de esportes e lazer, atrelados a outras pastas, como a Educação, Cultura, por exemplo, conforme iremos apresentar mais adiante. Contudo Belloni (2003) ressalta a importância da intersetorialidade na elaboração dos planejamentos de cada setor do governo, preocupando-se com o efeito global de cada ação implementada.

Diante deste cenário, a formação na área de Educação Física, administração, gestão pública se torna algo importante dentro da qualificação de um agente que ocupa um cargo de gestão. No Estado do Paraná, podemos verificar na tabela 3, que a maior parte dos gestores de esporte (65,8%) possuem graduação completa, destes 34 sujeitos são graduados em Educação física e 6 em administração. O restante (17 agentes) não possui curso superior em áreas afins. Como é possível verificar na tabela 2.

Tabela 2 - Curso de graduação dos gestores.

<b>Curso</b>	<b>Frequência</b>
Educação Física	34
Administração	6
Pedagogia	5
Matemática	2



Enfermagem	2
Direito	1
Artes	1
Comunicação Social	1
Filosofia	1
Gestão Imobiliária	1
História	1
Letras	1
*Gestão Pública (Ensino Técnico)	1

Com relação às ações, projetos e programas de esporte, o Suplemento de Esporte 2003 (IBGE, 2006), define que as ações são operações que resultam em um serviço ofertado à sociedade na área de esporte, e que contribui para atender aos objetivos de um projeto ou programa; o projeto é um instrumento de planejamento que conforma um conjunto de ações inter-relacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos dentro de limites orçamentários estabelecidos em um dado período de tempo. Os projetos são específicos e delimitados, sendo as unidades mais operativas da lógica da gestão governamental; programa é um instrumento de organização da atuação governamental para enfrentar determinado problema, caracterizando-se por um conjunto articulado e coerente de projetos que buscam os mesmos objetivos e os programas estabelecem prioridades de intervenção ao ordenarem projetos e alocarem recursos.

A seguir, traremos na tabela 3 a frequência dos municípios que informaram os pesquisadores da existência ou não de projetos e programas, entendidos aqui como políticas públicas como mencionado anteriormente.

Tabela 3 - Existência de Políticas Públicas de Esporte.

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Sim	72	93,5
Não	2	2,6
Não informado	3	3,9
Total	77	100,0

Conforme observado nas tabelas 4, identificou-se que a maioria (93,5%) declaram existir políticas públicas de esporte em seus municípios, este fato vai ao encontro com alguns pesquisadores da área que afirmam existir limitações que impeçam a



concretização de políticas efetivas relacionadas ao esporte e o lazer no Brasil. Para Linhales (2001), o caráter assistencialista e utilitarista atribuídos ao esporte, dificulta o desenvolvimento de políticas esportivas. Mezzadri *et al.* (2006) referem-se à falta de recursos humanos qualificados e à falta de planejamento dos órgãos responsáveis pelo esporte no estado. Cavichioli (1996) ainda aponta para a valorização do número de eventos e de pessoas atendidas.

Mezzadri (2011) amparado nas definições de Bourdieu, salienta que as disputas e interações dentro do campo são evidenciadas pelo poder dos agentes e das instituições que são determinantes na construção das políticas públicas para o esporte. Para o autor o campo esportivo possui lógica própria, com lutas e interações entre dominados e dominantes, que disputam o monopólio do poder e melhores colocações dentro do campo.

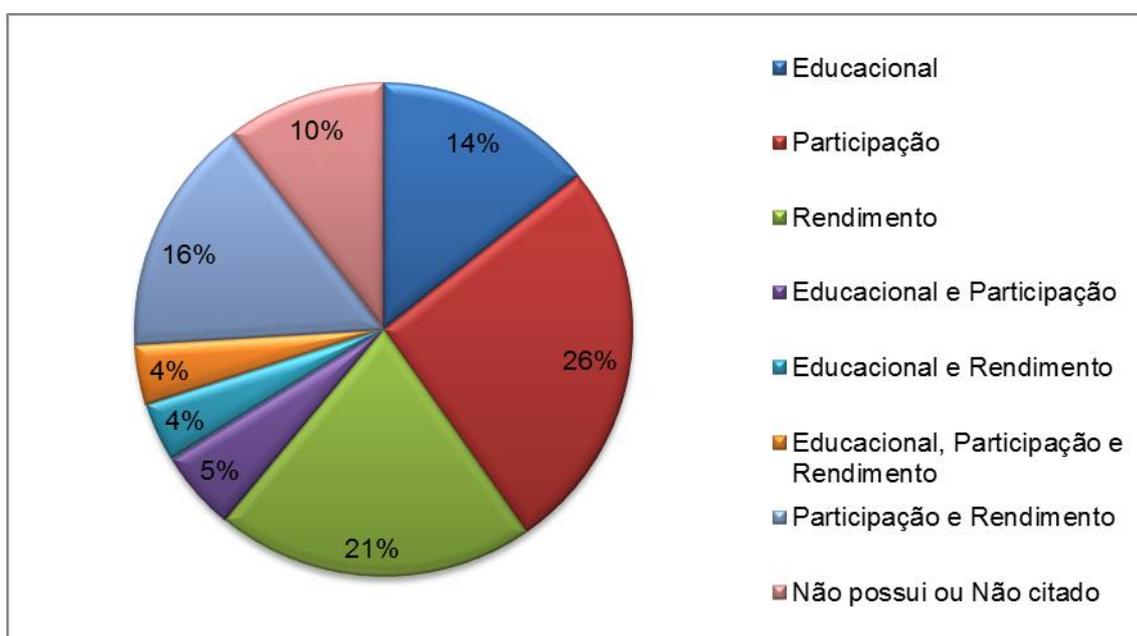
Para o autor, essas disputas são encontradas nas esferas do esporte amador contra o esporte profissional, do esporte de participação contra o esporte espetáculo; do conhecimento científico acerca o esporte contra o senso comum; dos projetos sociais de esporte contra o esporte de rendimento; das ofertas do poder público do esporte contra a demanda social, dentre outras possibilidades. Dessa maneira, a oferta da política pública e a demanda social estão cada vez mais presentes na agenda do atual campo esportivo (MEZZADRI, 2011).

Nesse sentido, alguns estudos sobre as manifestações da prática esportiva relacionadas com as ações do Estado ressaltam um antigo problema no modelo de implementação do esporte no Brasil: a prioridade ao esporte de alto rendimento, excluindo o esporte participativo e o esporte educacional (LINHALES, 2001; BUENO, 2008). Castellani Filho (1999) ainda ressalta que é falacioso o entendimento de política esportiva centrada exclusivamente em uma das três manifestações do esporte, pois para o autor, ainda é comum a automática e mecânica associação do esporte à lógica do esporte de rendimento. Porém neste estudo, constatou-se (Gráfico 1) que há um relativo equilíbrio entre as manifestações esportivas, denominadas de participação (39,4%) e rendimento (34,4%), sendo dada maior importância ao esporte de participação, o que de certa forma vai ao encontro da legislação (BRASIL, 1988), que destaca no artigo 217, inciso II o papel



do Estado no fomento às práticas de esporte e lazer, com a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional e, nos casos específicos, para o esporte de alto-rendimento.

Gráfico 1 - Tipo de Manifestação da Política Pública de Esporte.



Segundo o IBGE (2006), esses dados corroboram com o levantamento realizado nos municípios brasileiros em 2006 em que um mesmo município possa executar ações, projetos e programas em uma ou mais manifestações do esporte, o que faz com que os dados dos municípios paranaenses sejam computados até mesmo nas três manifestações.

No entanto, algumas pesquisas demonstram o desconhecimento dos gestores em relação às delimitações conceituais dessas diferentes manifestações. No estudo de Borges *et al.* (2009) sobre políticas públicas de esporte e lazer no Espírito Santo, houve um desequilíbrio entre as manifestações das práticas esportivas, com ênfase no esporte educacional. Porém os diários de campo demonstraram que os projetos, na realidade, tinham caráter de esporte de rendimento, pois haviam faixa etária previamente



estabelecida, seleção de grupos por habilidades e redirecionamento de praticantes caracterizados como “menos habilidosos” para prática de esportes recreativos ou outras atividades extras. Além disso, as atividades eram dirigidas para aprendizagem, regras e dinâmicas de jogo em modalidades historicamente consolidadas como o futebol, futsal, vôlei, handebol e basquetebol.

Na mesma lógica de raciocínio, Galindo (2005), considera que a concepção de que esporte é a mesma que competição é limitada, e que o lazer é apenas brincadeira, representa o senso comum. No entanto, o gestor do esporte e lazer responsável pelo fomento da administração pública à prática esportiva em suas diversas manifestações não pode utilizar integralmente a máquina administrativa do Estado para atender apenas um determinado segmento, deixando desamparadas as outras dimensões do universo esportivo.

Para o autor, a elaboração, implementação e controle das políticas públicas para o esporte, inevitavelmente esbarra na necessidade de um equilíbrio entre este tripé, pois os insucessos de muitos governos na área do esporte e lazer residem na inobservância deste detalhe, incidindo na distorção da função do Estado e comprometendo a possibilidade de realizarem ações concretas no sentido de proporcionar um desenvolvimento social equilibrado, sólido e com qualidade.

Em relação as modalidades esportivas, constatou-se que há uma ênfase acentuada para as práticas de futebol (15,3%) e futsal (13,7%), seguidos de vôlei (8,6%), handebol (5,4%) e Atletismo (3,8%). Nota-se o enfoque nos esportes coletivos em relação aos demais (individuais, lutas, jogos de boteco, ginástica, entre outros). Destacando-se entre todos os projetos está o futsal representando 15,3% das modalidades praticadas, seguido do futebol com 13,7%.

Em pesquisa similar realizada na região metropolitana de Recife por Menezes, Oliveira e Souza (2012), foi observado que os municípios daquela região desenvolvem ações por meio de torneios e eventos relacionados ao esporte de alto rendimento. Para os autores as políticas públicas para o esporte acabam resultando em atendimentos mínimos e localizados, o que aponta para a baixa prioridade dessas políticas por parte do poder local.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivermos como objetivo deste estudo apresentar o panorama atual e os rumos das políticas públicas de esporte e lazer em municípios do estado do Paraná. O que foi possível observar com esse levantamento, é que existe uma grande carência de oferta de políticas públicas para o esporte, principalmente se considerarmos as três manifestações do esporte, e do lazer nos municípios paranaenses. Um aspecto que afeta negativamente a oferta das políticas públicas no estado, é a falta de órgãos próprios para administrar o esporte e o lazer, o que faz com que ambos sejam direitos sociais não atendidos em sua totalidade, principalmente em função da dependência a outras secretarias e a falta de orçamento próprio. Finalmente, entendemos que esta pesquisa não deve se limitar ao estado do Paraná, tampouco devemos esgotar a busca pela análise das políticas públicas de esporte e lazer de forma a gerarmos contribuições com a ciência, além do planejamento e desenvolvimento de políticas públicas para o esporte e o lazer como direitos sociais.

## REFERENCIAS

- ARAÚJO, S. M.; DOMINICI, K. R. L.; CARDOSO, G. M. Os ordenamentos legais do município de São Luís-MA: o esporte e o lazer em foco. In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2009.
- BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUZA, L. C. Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas. Tradução de Floriano de Souza Fernandes, São Paulo, Cortez, 2003.
- BORGES, C. N. F.; AREIAS, K. T. V. ; CABRAL, L. R. ; TONINI, G. T. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Espírito Santo**: Políticas de Governo X Políticas de Estado. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia: Sociologia: Consensos e controvérsias. Rio de Janeiro: SBS/UFRJ, 2009. p. 191-211.
- BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988. CASTELLANI FILHO, L. **A educação física no sistema educacional brasileiro**: percurso, paradoxos e



perspectivas. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação Física, Unicamp, Campinas, 1999.

BRASIL. Ministério do Esporte. II Conferência Nacional do Esporte. **Texto II - Fundamentação Sobre o Sistema Nacional de Esporte e Lazer**. Brasília, 2006.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2008.

BUENO, L. Política pública do esporte no Brasil: aplicação da AdvocacyCoalition Framework. *In*: SANTOS, E. S. LEIRO, A.C. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer: diálogos**. Petrolina, PE: UNIVASF, 2015.

CAVICHIOILLI, F. R. **Políticas públicas para o esporte e lazer: tentativa de mudanças**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 1996.

GALINDO, A. G. Esporte e lazer municipal: Reflexões sobre as bases do planejamento e gestão pública. **Revista do Plano Diretor Participativo do Município de Santana-AP** - Vol. 1 – Num.1 – Out 2005.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Perfil dos Municípios Brasileiros: Esporte 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros 2012**: Pesquisa de informações básicas municipais. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

LINHALES, M. A. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. *In*: MARCELINO, N. C. **Lazer e esporte: políticas públicas**. 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, N. C. (organizador). **Lazer e Esporte: Políticas Públicas**. 2 Edição – Campinas-SP, Autores Associados, 2001.

MENEZES, V. G.; OLIVEIRA, A. M.; SOUZA, E. F. Gestão Desportiva e Política Pública na Região Metropolitana de Recife. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v.26, n.2, p. 219-30, abri/jun 2012.



MEZZADRI, F. M. et al. Políticas públicas para o esporte e o lazer nas cidades do estado do Paraná. *In*: MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOLLI, F. R.; SOUZA, D. L. de. (Orgs.) **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e gestão de políticas públicas**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.

MEZZADRI, F. M. Políticas Públicas para o Esporte e lazer: teorias e conceitos. *In*: Motta, A.; Terra, R. (Org.). **Esporte, Lazer e políticas públicas na região dos Lagos**. Rio de Janeiro: iVentura, 2011, p. 89-102.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas públicas de esporte e lazer no brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2011.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.